

## **Nota de repúdio da ABHR à apologia à tortura em declaração de Jair Bolsonaro**

A Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), entidade acadêmica, apartidária e não-confessional / não-religiosa, através de sua Comissão de Direitos Humanos, vem reafirmar seu compromisso e função social de apoio à democracia e de respeito à constitucionalidade e legalidade em todos os seus termos.

No dia 17 de abril acompanhamos votação na sessão da Câmara Federal que culminou na abertura do processo de impeachment da Presidenta da República, Dilma Rousseff (PT). Consideramos tal processo parte de um golpe político / jurídico / midiático fundamentado em acusações sem provas suficientes de crime por parte da Presidenta.

Esta sessão da Câmara; ópera bufa cuja votação foi dirigida por Eduardo Cunha (PMDB), deputado que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF); foi ainda negativamente marcada por execrável declaração de um dos seus deputados, Jair Messias Bolsonaro (PSC/RJ).

Antes de declarar seu voto, o deputado Jair Bolsonaro homenageou / dedicou seu voto à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi chefe do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, órgão de repressão política subordinado ao Exército e especializado em serviços de inteligência e de repressão durante os anos de chumbo do regime ditatorial brasileiro, inaugurado em 1964.

Durante sua homenagem, Bolsonaro se referiu ao coronel Ustra como “pavor de Dilma Rousseff”, aludindo aos episódios de tortura sofrida pela mesma.

Consideramos que a declaração de Bolsonaro se configura em crime previsto por lei (Art. 287 do Código Penal: “Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”). Bolsonaro faz apologia a torturador e à tortura (sendo esta um crime hediondo), e por esta razão, exigimos das autoridades competentes as devidas providências e declaramos nosso mais veemente repúdio a esta declaração.

A punição a este parlamentar, entretanto, não é suficiente para deter o golpe que se tenta desferir contra a nossa democracia. As instituições precisam reagir para que o país não entre numa era de obscurantismo e conflitos acentuados pela possível mudança de política sócio-econômica já anunciada pelo líder deste processo de ruptura com a constitucionalidade, o atual vice-presidente Michel Temer (PMDB).

Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)  
Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de História das Religiões  
(ABHR)